

**NÃO VENDA  
A MINHA ESCOLA**

No dia 26 de junho, o governo Eduardo Leite (PSD) pretende leiloar 98 escolas estaduais na Bolsa de Valores de São Paulo, entregando sua gestão à iniciativa privada por 25 anos. Mas, apontamentos de órgãos de controle e auditoria do Estado indicam que as Parcerias Público-Privadas (PPPs) não trazem vantagem econômica, aumentam custos e ainda transferem a fiscalização para quem receberá os recursos públicos.

Enquanto faltam investimentos em infraestrutura, valorização profissional e melhores condições de ensino, R\$ 4,5 bilhões poderão ser destinados a empresas privadas. O compromisso dessas empresas é com o lucro, o que significará mais terceirização, precarização do trabalho e prejuízos para toda a comunidade escolar.

A experiência do Rio Grande do Sul com a privatização da CEEE, da CORSAN, dos pedágios e da malha ferroviária já mostrou que entregar serviços públicos à iniciativa privada não resolve os problemas da população.

**A EDUCAÇÃO PÚBLICA PERTENCE À SOCIEDADE,  
NÃO AO MERCADO FINANCEIRO!**

Defender a escola pública é defender oportunidades, igualdade e futuro para todas(os).

O **CPERS** está mobilizado, junto à comunidade escolar e à sociedade gaúcha, para impedir que transformem nossas escolas em negócio. **NÃO VENDA A MINHA ESCOLA!**



# EXEMPLOS DE IRREGULARIDADES NAS PPPs\*:



1

**CUSTOS INFLADOS:** o projeto utiliza valores acima dos praticados no mercado. Um exemplo é o ar-condicionado (ciclo apenas frio, 12000 Btus) orçado em R\$ 3.048,00 por unidade, quando o mesmo equipamento pode ser adquirido e instalado por cerca de R\$ 2.108,00, uma diferença de 45%.

2

**LUCRO GARANTIDO PARA A EMPRESA:** o modelo prevê taxas de retorno elevadas para a concessionária, assegurando ganhos, sem riscos e com recursos públicos.

3

**FISCALIZAÇÃO SEM INDEPENDÊNCIA:** a própria empresa vencedora poderá contratar quem fiscalizará as obras e avaliará seu desempenho, comprometendo a credibilidade do controle.

4

**MAIS INSEGURANÇA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO:** com as PPPs, cresce a terceirização e surge ainda a quarteirização (Estado → Concessionária → Subcontratada → Trabalhador). Centenas de trabalhadoras(es) poderão ser impactadas(os) já na chegada da concessionária, e milhares de outras(os) mais estarão sujeitas(os) à perda de direitos e ao aumento da insegurança profissional.

5

**MENOS PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR:** pais, estudantes, funcionárias(os) e professoras(es) perdem espaço nas decisões, enquanto empresas privadas ganham influência sobre a gestão das escolas.

6

**RECURSOS PÚBLICOS PARA O SETOR PRIVADO:** se há dinheiro para um contrato de R\$ 4,5 bilhões\*\*, por que ele não é investido diretamente nas escolas? O modelo prioriza a criação de uma fonte permanente de receita para empresas privadas, em vez de fortalecer a educação pública.

\*Informações DIEESE. \*\* Os R\$ 4,5 bilhões representam apenas uma referência de valor prevista no contrato, não um limite máximo de gastos.